

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NO BRASIL COLONIAL: ANTECEDENTES E CONFIGURAÇÕES DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IDIOMA LUSITANO NO BRASIL

Mauriene Freitas (CAPES/PROLING/UFPB)
Wilma Martins de Mendonça (UFPB)

O crítico literário Roberto Schwartz, em 1987, ao se voltar para questão do nacional na literatura brasileira frente à cultura ocidental, isto é, pelos efeitos da colonização, percebe que o mal-estar é um dos traços mais recorrentes na Literatura Brasileira, como também em toda América Latina, vendo nessa recorrência um problema durável e de fundo *irresolvido* em nossas letras, conforme ressalta em seu texto “Nacional por subtração”:

Brasileiros latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *postigo*, *inautêntico*, *imitado* da vida cultural que levamos. Essa experiência tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência. Ela pode ser e foi interpretada de muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas etc., o que faz supor que corresponda a um problema durável e de fundo. Antes de arriscar uma explicação a mais, digamos portanto que o mencionado mal-estar é um *fato*. (Schwarz, 1987, p.49)

Na verdade, o desejo de autonomia cultural da América Latina esbarra na concretude da irreversibilidade da colonização, causando o que Roberto Schwarz denomina de mal-estar, em especial, no tocante as nossas expressões e sentimentos, redigidos e falados na língua do outro. Esse mal-estar povoa as letras nacionais tanto em suas formas literárias quanto em suas formas ensaísticas, especialmente nos campos de conhecimentos da Teoria da Literatura e da Lingüística.

Nessa compreensão, este trabalho procura compreender o processo de institucionalização do idioma lusitano no Brasil, através de uma perspectiva histórica e bibliográfica. Assim nos voltaremos para o século XVI, período inicial da transfiguração da natureza americana em feição européia, entendendo que o passado, longe de constituir-se como peso morto, constitui-se sim como signos de iluminação do presente, como atestam variados escritores nacionais, conforme opina Roberto Schwarz:

Lembrando a estatura isolada de uns poucos escritores como Machado de Assis, Mário de Andrade e, hoje Antonio Candido, cuja qualidade se prende a este ponto. A nenhum deles faltou informação nem abertura para atualidade. Entretanto, todos souberam retomar criticamente e em larga escala o trabalho de seus predecessores entendido não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas. (SCHWARZ, 1987, p.37)

Desta forma, buscamos os antecedentes ideológicos do processo civilizatório europeu, especificamente, português, no século XVI, pois somente desta forma entende-se como esta língua românica foi incorporada pela metrópole lusitana na colônia portuguesa e, ao mesmo tempo, transformada, configurando-se hoje, quinhentos anos depois, um português híbrido, ou seja, um Português Brasileiro.

A linguagem é um elemento simbólico que permeia toda e qualquer nação. A busca por essa identidade lingüística, no contexto do século XVI, em plena Europa, caracteriza a busca por uma identidade nacional. Dentro de um limitado espaço geográfico, onde nações coabitam, ignorando as linhas imaginárias das fronteiras, é a língua que delimita a extensão e localização de cada nação. É assim que um indivíduo se identifica espanhol, por exemplo, pelo

idioma espanhol; o mesmo ocorre com um francês e assim, por conseguinte. Desta forma, não existe dúvidas identitárias para os portugueses, pois o termo português assume a pluralidade semântica que lhes respalda não só como povo, mas, sobretudo como nação, sendo assim o idioma nacional deste Estado é o português. Mas que identidade lingüística tem o brasileiro? Tendo em vista que não carrega, na sua essência e pureza, o código europeu, tampouco africano, muito menos, depois da intervenção política- lingüística do Marquês de Pombal, a língua geral, ou seja, a língua Tupinambá, de ramo indígena. Como avaliar e recategorizar essa nova língua que aparece nos trópicos, tendo em vista o processo de colonização e todas as conseqüências que este processo imprime em sua constituição e identidade? Língua essa que apresenta, na sua estrutura, uma moldura do modelo do colonizador, mas com traços e trejeitos de seus colonizados, ou seja, com a feição de uma cultura mestiça? São essas questões que incentivaram este artigo e pretendemos ao final, esclarecer algumas questões acerca do processo de institucionalização do idioma lusitano no Brasil.

Não poderíamos iniciar nossos antecedentes históricos senão pelo famoso documento primeiro desta nação: A Carta de Caminha. É a epístola enviada ao Rei de Portugal, pelo escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, o primeiro documento oficial que retrata, do ponto de vista eurocêntrico, a futura Terra Brasil. É neste relato de viagem que percebemos o marco inicial deste duelo que se arrastará por todo processo de formação da língua brasileira que indissoluvelmente está ligado ao processo de constituição da cultura do povo brasileiro, tendo em vista que cultura e língua estão intrinsecamente ligados.

É também neste documento que percebemos as primeiras dissonâncias a acerca dessa disparidade lingüística. De um lado, separados pelo Oceano Atlântico, está o Estado português, que na sua empreitada de conquistar novas terras, assimilando o preceito do capitalismo mercantil, avança por rotas oficialmente desconhecidas e parte empunhando numa mão uma espada, na outra uma cruz e, sob um manto de proteção, o emblema da coroa de seu Rei. Do outro lado estão os povos ameríndios, que num processo de evolução diferenciado, mas não menos importante, segue no seu modelo social.

Na carta de Caminha, muitos são os trechos que demonstram esta incompatibilidade lingüística entre brancos e índios. Separamos o trecho a seguir para ilustrar a discrepância ideológica e lingüística existente entre essas personagens históricas:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quizerem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim!(CAMINHA, apud PERREIRA, 1999, p. 54)

Vemos, no trecho acima, o processo ideológico eurocêntrico a partir das práticas discursivas, exposta ao longo da carta. Assim, no imaginário do colonizador, língua, nação e religião constituem um só projeto, ou seja, imprimir a hegemonia portuguesa sobre os povos bárbaros, isto é, impor a todos aqueles que não são europeus seu projeto civilizatório. A respeito desta questão vejamos o que o crítico literário brasileiro Silviano Santiago discorre em seu texto “O entre-lugar do discurso latino americano”:

Evitar o bilingüismo significa evitar o pluralismo religioso e significa também impor o poder colonialista. Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o

verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua. (SANTIAGO, 1978, p. 16)

A colonização, de forma geral, remete a coabitação de povos com culturas, histórias e línguas díspares, num certo momento histórico. Segundo Mariani, (2004), este contato se dá, historicamente, pela força, resultando num conjunto de tensões e confrontos, que conforme o resultado será reproduzido, tanto pelo colonizado quanto pelo colonizador, em suas práticas discursivas. No Brasil, como em todos locais que houve colonização, foi o colonizador que engendrou a verdade histórica que conhecemos.

Respaldados sob o argumento da necessidade histórica, pautada na lógica da colonização de autorgar a Língua Portuguesa como língua oficial no Brasil, Portugal decreta juridicamente o início da colonização brasileira, pois esta medida aceleraria o processo de conquista dos europeus sobre os índios, ou seja, o processo de silenciamento da voz indígena face à cultura européia. A mesma iniciativa foi tomada no Paraguai, que por ordem do rei de Espanha, Carlos V, em 1536, decretou que os jesuítas teriam que aprender a língua geral, isto é, a língua falada majoritariamente utilizada pelos indígenas, mas com nuances européias, que no caso deste país latino, continha traços da língua espanhola, para exercerem suas funções catequizadoras. Pouco mais de dois séculos depois, num movimento de trajetória inversa, mais pragmática no processo de colonização, a coroa espanhola decide, após a expulsão dos jesuítas do Paraguai, pelo que Barreiro Saguier (1972) chama de “*coersão legal*”, instituir um decreto intitulado Cédula Real de Carlos III, em 1770, que determinava a extinção, por via jurídica, dos diferentes idiomas que coabitavam com o castelhano

Desta forma, observamos que esse movimento de inicial interesse pela língua geral, em toda América Latina, pelos jesuítas, configurava-se numa das mais fortes estratégias de dominação, pois se relembarmos a trajetória lingüística no Brasil veremos que os mesmos fatos ocorreram, não necessariamente na mesma data, mas em mesmos períodos, configurando assim o cenário histórico brasileiro.

Até o início do século XVIII, a Língua Portuguesa no Brasil era utilizada pela elite administrativa, pelas autoridades jurídicas e eclesiásticas, pelos donatários de capitanias e mais tarde, pela corte. Entretanto, não era a única falada na colônia, já que a diversidade lingüística existente, seja das inúmeras línguas indígenas viventes, dentre elas a tupinambá, que posteriormente foi chamada de língua geral, seja das inúmeras outras línguas européias - o Espanhol, o Francês, o Holandês e Inglês -, do Latim utilizado nas celebrações da Igreja e, é claro, dos inúmeros dialetos africanos transplantados para a colônia junto com seus falantes, o Brasil, mesmo nesse tempo, com dimensões já continentais, continha essa variedade lingüística que circulavam em espaços diferentes e, sobretudo, com práticas sociais distintas. Podemos elencar algumas das línguas acima citadas e sua função social, o Latim, por exemplo, circulava no circuito religioso e pedagógico, já a chamada Língua Geral tinha um forte traço oral e circulava nos domínios populares nas regiões que compreendia a área de São Paulo e a Região Amazônica até o final do século XVIII.

Esse cenário político-lingüístico se transfigura em 1759, quando a metrópole portuguesa, na figura do Marquês de Pombal, impõe por decreto real, mais conhecido como *Diretório dos índios*, uma série de medidas políticas-administrativas e pedagógicas que visava, além da proibição da língua geral, uma reorganização do modelo do sistema escolar, pautada exclusivamente no ensino de Língua Portuguesa. Sendo assim, esta atitude, além dos objetivos expostos acima, tinha como finalidade consolidar a expulsão dos jesuítas do território e, sobretudo, da influência política que essa ordem religiosa exercia nas esferas do poder da colônia. Com isso, afirmamos que essa política lingüística abre o caminho para a imposição dos meios e modos de comunicação da língua do colonizador frente ao colonizado, delimitando e hierarquizando a língua, pois segundo Mariani (2004) “*seleciona quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado*”. Segundo ainda a autora, o que estava em jogo no processo de colonização lingüística não é tanto a pluralidade de línguas faladas no Brasil, mas a heterogeneidade lingüística. Para melhor compreendermos a intensidade desta afirmação, a autora insere em seu texto o conceito de heterogeneidade lingüística, instituída por Eni Orlandi, vejamos a referência a seguir:

Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constituiu ainda que na aparência do ‘mesmo’: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são (...) A nossa língua[brasileira] significa em uma filiação de memória heterogênea.(ORLANDI, apud MARIANI, 1997 e 2002, p. 23)

Nesse contexto, o Português Brasileiro é o resultado da memória da língua do colonizador, ou seja, o Português Europeu, mais a soma das contribuições das inúmeras línguas que aqui existiram e coabitaram, e assim se constituindo única, pois não é mais a língua do colonizador, nem tampouco, a língua do (s) colonizado (s). Assim, o Português Brasileiro é o que Barreiro Saguier (1972) chama de matizes do mesmo sistema, pois se tomarmos as línguas peninsulares e as americanas – português e espanhol – *“elas se constituem um sistema que ao relacionar-se com um universo concreto, vai se matizando de acordo com a acomodação ao mundo que expressa”*, ou seja, inicia-se como uma convenção justificada e depois se torna uma convenção enraizada.

Referências

- BARREIRO SAGUIER, Rubén. O problema lingüístico. In: ----- FERNÁNDEZ MORENO, César (Coord.). **América Latina em sua literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 6-15.
- MARIANI, Bethânia. Colonização Lingüística. In: ----- **Colonização Lingüística**. Campinas: Pontes, 2004, p. 21- 33.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. A questão de constituição histórica do português brasileiro: revendo razões. In: ----- RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Coord.). **Português Brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008.
- PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). Os **Três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**: Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta de Mestre João Farás, Relação do Piloto Anônimo. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999, p. 54.
- SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: ----- **Uma Literatura nos Trópicos: ensaios sobre a dependência cultural**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978, p. 11-28.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: ----- **Que horas são? : ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.21-48.